

O Banco Mundial, as políticas educacionais e as ONGs

Nos últimos anos tem havido um crescente envolvimento dos bancos multilaterais na área social, em particular no campo da educação. O Brasil é um dos maiores tomadores de empréstimos internacionais e a educação é o setor que tem apresentado maior crescimento em projetos financiados com esses recursos. Na década de 70, os empréstimos do Banco Mundial (Bird) giravam em torno de US\$ 63 milhões, na década de 80 eram de US\$ 238 milhões e, nesta década, o envolvimento do banco está em torno de US\$ 1 bilhão, devendo crescer ainda mais nos próximos anos.

Os recursos que chegam ao Brasil são direcionados para os sistemas públicos de ensino, por intermédio dos governos federal e/ou estaduais, de acordo com as metas e os cronogramas estabelecidos nos projetos. Apesar de os recursos do Bird não significarem uma porcentagem elevada dos dispêndios nacionais em educação, sua área de influência tende a ser elevada em razão da sua política de assessoramento técnico.

O Banco Mundial, ao apresentar recursos, faz isso dentro de orientações construídas a partir de estudos que realiza e dos resultados de outros projetos. Por suas características institucionais (é um banco) e pela hegemonia dos economistas entre seus funcionários, orienta a aplicação dos seus recursos sob a lógica do pensamento econô-

mico, fazendo da educação um campo subsidiário aos desafios colocados para o desenvolvimento da economia mundial. Suas principais orientações educacionais para os países do Terceiro Mundo acabam por se adequar a certas orientações de reforma do Estado e da organização da economia ante os desafios da globalização.

A relação entre educação e desenvolvimento econômico sempre esteve presente nas orientações das políticas públicas. No entan-

to, no passado, destacava-se também a função formativa das camadas populares na constituição da cultura e do Estado nacional, na integração das populações de origem rural aos processos de urbanização e modernização. A educação sempre esteve marcada pelo objetivo de formação do cidadão visando à transmissão de valores e à difusão do conhecimento científico, pautando-se no princípio de que, para além da formação para o mercado, os sistemas públicos têm responsabilidades com a formação integral do seu povo e a consequente construção de um país mais justo e democrático. Infelizmente, na conjuntura atual, tais valores vêm sendo gradativamente abandonados e a educação tem sido vista de modo bastante restrito, apenas como fator instrumental para a competitividade da economia e para situar os indivíduos no mercado.

No entanto, não vale a pena cair no erro bastante comum

de acreditar que haja um alinhamento incondicional das políticas nacionais às orientações produzidas pelas instituições multilaterais. Ao contrário, os atores responsáveis pelas políticas nacionais não se limitam a aceitar e ratificar essas orientações, eles têm papel relevante nos processos de negociação e direcionamento dessas políticas. Fica claro, portanto, que, quanto mais próximas estão as políticas educacionais do atual contexto das orientações e desenvolvimento da economia internacional, mais facilmente os acordos são firmados e cumpridos.

Ao mesmo tempo, há que recordar que todo empréstimo vira dívida externa. Não é uma doação. Há aí um campo específico de análise que tem suas raízes no próprio modelo atual de desenvolvimento. Novos empréstimos implicam novos sacrifícios para a população que os paga. Significa jogar água num modelo que vem mostrando dificuldades cada vez maiores em ser administrado e tem aumentado o ônus do desemprego e das profundas desigualdades sociais.

Outros aspectos poderiam ser levantados sobre os projetos. Por que seus resultados têm sido tão pequenos quanto à melhoria da qualidade da educação? Por que a participação dos professores e da comunidade em geral no desenho dos projetos é tão pequena? É possível acompanhar e avaliar tantos projetos? Com que indicadores? A verdade é que os projetos e o próprio papel do Bird têm sido muito pouco conhecidos e estudados pela so-

ciedade brasileira, apesar dos tímidos esforços já realizados.

É nesse aspecto que entram as ONGs, que, com outras organizações da sociedade civil, constituíram a *Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais*, com o fim de tornar públicas as informações sobre os projetos nas diversas áreas de atuação das organizações multilaterais. A rede fomenta o debate público sobre as orientações e o impacto de tais empréstimos, acompanha suas atividades e tenta influir nos seus rumos. Procura trabalhar em diálogo com os organismos multilaterais, participando dos seus fóruns, com os governos que tomam os empréstimos e, principalmente, com a população atingida pelos projetos. Essa não tem sido uma função pública apenas das ONGs. Também tem sido função das universidades, do Parlamento, que recentemente organizou uma audiência pública sobre o tema, da imprensa independente e de outras instituições que se propõem a ampliar o universo de compreensão sobre tais empréstimos, visando a maior controle social por parte da população, que é, afinal, quem paga a dívida contraída.

Não é assim que se constrói democracia? Isso é assumir parte da responsabilidade pela educação e pelo desenvolvimento do País, muito ao contrário de pretender "manter a ignorância e o atraso para ter o que contestar", como acusou editorial deste jornal.

■ Sérgio Haddad é secretário-executivo da ONG Ação Educativa e professor de pós-graduação em Educação da PUC-SP